

Uma versão integrada das construções complexas de causalidade

MARIA HELENA DE MOURA NEVES
(UNESP)

O. Introdução

Este trabalho constitui parte da investigação produzida pela autora no Projeto “Gramática do Português Falado”, desenvolvido no Brasil sob coordenação do Prof. Ataliba Teixeira de Castilho. Nele se examinam, sob orientação funcionalista, as construções causais encontradas na língua oral do Brasil (Projeto NURC).

1. Que é uma construção causal?

A relação causal *stricto sensu* diz respeito à conexão causa-consequência, ou, pelo menos, causa-efeito entre dois eventos. Obviamente, essa relação assim estritamente entendida implica subsequência temporal, mas sabe-se muito bem que as expressões lingüísticas de elo causal (representativamente, as marcadas pelo conector porque ou seus equivalentes) não se restringem a esse tipo de indicação, que decorre de uma relação de “causa real”, ou “causa efetiva”. Basta lembrar a distinção tradicional entre as modificações do *modus* do *dictum*, ou remeter a formulações como a de Ducrot (1983) sobre relações argumentativas, ou a de Halliday e Hasan (1976) sobre relações “na tese”, em oposição a relações “no conteúdo”, para verificar a necessidade de que o estudo dos enunciados tradicionalmente rotulados como “casuais” não se subordine ao exame de manifestações da relação causa-consequência, aliás apenas extralingüisticamente comprovável.

2. A concepção lógico-semântica da construção casual

Pode-se dizer que nas relações casuais intervêm alguns esquemas lógicos ligados à relação condicional, mas a discussão sobre esses esquemas não é determinante num exame que se pretenda linguístico, já que ela implica desvinculação das implicações do enunciado. Com efeito, um exame desse tipo, em relação ao enunciado (1)

(1) então aí eu levei minhas filhas, elas adoraram, né...não queriam ir, mas no fim foram porque sabiam que iam outros jovens também (EF-SP-405:90-95),

diria que o fato de os jovens saberem que outros jovens também iam fazer a viagem é uma condição que, preenchida, consiste numa causa para irem nessa viagem. É a relação que se expõe neste esquema:

- se (= desde que) iam outros jovens (e elas sabiam disso) - CONDIÇÃO PREENCHIDA

- elas foram - FATO REAL

Entretanto, sabe-se muito bem que, em (1), o falante expressa uma relação que não pode ser unilateralmente interpretada, de modo a limitar-se a análise aos dois estados de coisas abstraídos do todo em que foram expressos. Assim, não se pode simplesmente dizer que, dado aquele conhecimento que os jovens possuíam, necessariamente seguiu-se a realização da viagem. Não apenas se requerem outras “causas reais”, como, por exemplo, haver disponibilidade de tempo e de dinheiro para a viagem (isto é, a condição preenchida não é suficiente), como, ainda, pode-se discutir se, de fato, essa foi uma condição necessária para a viagem, ou se, simplesmente, é o falante (a mãe dos jovens) que invoca o argumento em seu enunciado.

Desse modo, não se pode dizer que as relações causais se limitem a indicar preenchimento de condição necessária e/ou suficiente. Isso se comprova pelo próprio fato de que, nas 195 frases com conectivos do tipo causal do corpus examinado, não ocorre nem uma vez a relação causal típica da expressão de causa eficiente, que é a que liga dois eventos em subsequência temporal, como em “ele foi demitido porque roubou”, já que mesmo um enunciado como (1), com o qual é fácil raciocinar em termos de causalidade lógica, é raro no corpus usado. Nesse modo de ver, se se levar em conta a indicação de Givón (1976) de que é a relação temporal dos fatos que permite que eles sejam interpretados em relação de causalidade, tem de ser afirmado que nenhum enunciado do nosso corpus constitui uma “construção causal”, no sentido estrito. Por outro lado, não é difícil defender que a comprovação de relações de causalidade lógico-semântica não se inclui no âmbito da investigação linguística, e que, em termos de enunciados reais, a noção de causalidade tem de ser investigada no complexo de domínios envolvidos na produção dos enunciados.

Sweetser (1990) propõe que as construções causais sejam interpretadas levando-se em consideração o seu funcionamento em três diferentes domínios de interpretação semântica. Assim, as construções causais apresentam três leituras possíveis:

a) No domínio de conteúdo, a construção marca a causalidade de um evento no mundo real, como em

(2) *Então eles pegavam os pássaros que não podiam voar ... porque estavam com as penas grudadas de petróleo (D2-SSA-98)*

Nesse exemplo, a causalidade de um evento no mundo real une as duas orações: as penas dos pássaros cheias de petróleo constituem, no mundo real, a causa da impossibilidade do vôo dos pássaros.

b) No domínio epistêmico, a construção marca a causa de uma crença ou conclusão, como em

(3) *Eles acham que é o melhor estágio que eles fazem, é um dos melhores estágios, é o de Dermatologia. Porque nós temos condições de mostrar pra eles muitos doentes, que é o importante (DID-SSA-231: 174-177)*

O conhecimento do falante de que no estágio de dermatologia os estudantes têm mais oportunidade de ter contato com os doentes é a causa da conclusão de que eles o consideram o melhor estágio.

c) No domínio dos atos de fala, a construção indica uma explicação causal do ato de fala que está sendo desempenhado, como em

(4) *João um momentinho porque eu encontrei ... uma definição ... (EF-RE-277-281)*

Assim, uma interpretação "correta" não depende da forma, mas de uma escolha pragmaticamente motivada entre considerar as construções como representação de unidades de conteúdo, de entidades lógicas, ou de atos de fala.

3. Uma definição pragmática da construção causal

Pode-se dizer que as orações condicionais têm valor tópico (e, conseqüentemente, pressuposto) dentro da organização discursiva (Neves, 1997). Esse valor se reflete na organização real dos enunciados, até porque se privilegia a ocorrência da oração condicional anteposta à oração núcleo. No caso das construções causais, levados em conta

todos os tipos de conectivo, pode-se observar uma maior complexidade quanto a essa questão. Em primeiro lugar, as causais iniciadas por como são antepostas, em 100% dos casos, enquanto as iniciadas por que (que são de um tipo particular, como se verá mais adiante) são pospostas, em 100% dos casos. Das duas ocorrências do *córpus* iniciadas por já que, uma é anteposta e uma é posposta. A única oração causal introduzida por desde que é posposta. Nas iniciadas por porque (o conectivo de mais de 50% das orações causais de nossa amostra), há um único caso de anteposição, ocorrência que apresenta, porém, a oração causal extraposta por correlação e por clivagem, e focalizada pelo elemento só (portanto, marcadamente deslocada para a esquerda):

(5) *não é só porque eu preciso me vestir que eu vou fazer um vestido:: maravilhoso... ou que eu vou bordar... uma:: tela para pendurar em casa (EF-SP-405: 166-170)*

O mesmo raciocínio invocado na análise das construções condicionais (Jespersen, 1940), que propõe miniconversações na origem dos enunciados condicionais (especialmente os reais), pode ser estendido às construções causais encabeçadas por como:

(6) *agora nesse mês, como a UPC não aumentou e como diminuiu o número de UPCs, o que vai acontecer é que eu vou pagar um pouquinho menos. (D2-RJ-355: 197-199)*

A: A UPC não aumentou e o número de UPCs diminuiu, não é?

B: (É.)

A: Então / por isso eu vou pagar um pouquinho menos.

Do mesmo modo que ocorre nas construções condicionais, pode presumir-se que a concordância sobre a validade da proposição de A, obtida no consentimento (silencioso) de B, funciona como base para o que A diz em seguida (no caso, agora, um enunciado consecutivo), e a contraparte declarativa da pergunta de A constitui um tópico para sua declaração em subsequência. No esquema obtido nessa dialética, a oração causal com como (sempre anteposta) assenta preferentemente a noção partilhada entre os interlocutores, sobre a qual o falante assenta a porção seguinte (e nova) de seu discurso. Dito de outro modo, informativamente a oração núcleo “*eu vou pagar um pouquinho menos*”, de (6), constitui um rema cuja aplicabilidade foi restringida espacial, temporal e individualmente na porção do enunciado que traz a causa (Chafe, 1976).

O mesmo não se pode dizer das construções causais com porque. Seja base para discussão o enunciado:

(7) *e os nomes realmente eu não guardei porque são nomes muito... que tem assim uma influência muito indígena... né? (DID-SP-234: 84-86)*

Nessa, como nas outras ocorrências do *cópus*, o raciocínio pode também conduzir-se em termos de miniconversações, porém com diferente roteiro. A diferença fundamental diz respeito ao próprio foco da interrogação, isto é, ao segmento que corresponde à informação buscada (que não é mais o segmento que está na oração núcleo, mas o que está na oração causal):

- (7) A: Eu não guardei os nomes.
 B: (É? Por quê?)
 A: Porque são nomes que têm uma influência muito indígena.

O artifício logra demonstrar que a expressão da causa introduzida por porque é remática, enquanto a proposição constante da oração nuclear é temática, sendo apresentada como compartilhada, não-nova. Daí porque fica favorecida a posposição das orações com porque, como se verificou no *cópus*.

Não pode deixar de ser acentuado o fato de que as orações causais encabeçadas por porque constituem exatamente a resposta a uma pergunta - a um pedido de informação - encabeçada pelo advérbio interrogativo por que?. Do mesmo modo que ocorre com os outros advérbios interrogativos da língua (de tempo: quando?; de modo: como?; e de lugar: onde?) - todos demandadores de informação na esfera dos circunstantes - , a resposta que se obtém constitui, com certeza, informação nova, já que responde a uma solicitação específica, cabendo bem em posição posposta ao núcleo. Se não, vejamos:

- Quando você vai ao cinema?
- Vou amanhã/quando puder.
- ? Amanhã/quando puder vou. (Seria estranha a resposta nessa ordem.)

- Como você vai ao cinema?
- Vou de carro.
- ? De carro vou. (Seria estranha a resposta nessa ordem)

- Onde você vai?
- Vou ao cinema.
- ? Ao cinema vou. (Seria estranha a resposta nessa ordem)

Entretanto, só no caso da interrogação de causa (com por que?) é que a resposta (exatamente a oração causal) apresenta introdutor, ou seja, a conjunção, com forma homônima (porque). A relação causal expressa por como não partilha a mesma característica, como já se apontou acima. Ao invés de constituir resposta a um pedido de informação, (isto é, ao invés de ser informação solicitada, e, portanto, nova), a oração causal

introduzida por como é entendida como veiculadora de informação partilhada, consensual, e como apoio para a progressão informativa que a oração núcleo - ela sim - realiza.

Não se pode, entretanto, limitar a investigação da ordem ao contexto formado pelas duas orações ligadas pelo nexos semântico causal, já que, como aponta Schiffrin (1985), o próprio aparecimento em primeiro lugar de uma ou outra dessas orações é determinado pela organização discursiva, especialmente por pressões de continuidade tópica. Veja-se o trecho em:

(8) todos os serviços... que ele presta... aos seus associados são efetivamente de um valor... inestimável temos também por exemplo... uma assistência jurídica... que é demasiadamente importante principalmente naquelas questões jurídicas... relacionadas entre: empregados e patrões muitas vezes um associado... é despedido... do emprego... e não tem a quem... recorrer exatamente por falta de condições financeiras... para contratar um bom causídico a fim de que o mesmo possa prestar o mesmo... uma assistência... adequada... que se impõe... principalmente em casos em que o associado não tem realmente... condições... porque: não dispõe de uma bagagem de conhecimento jurídico... que possa realmente levar à frente ou levar adiante... a sua questão... para isso o sindicato dispõe de um departamento jurídico... como caso por exemplo é o caso do sindicato dos comerciários. (DID-RE-131: 91-97)

Verifica-se que, em (8), a causa (“não dispõe de uma bagagem de conhecimento jurídico”) deve seguir-se - e não antepor-se - à indicação da falta de “condições” do “associado”, já que o tema que vem sendo desenvolvido é exatamente a “assistência” que o sindicato presta aos associados.

4. O tratamento funcionalista da construção causal

A proposta de Sweetser (1990) sobre a existência de três níveis - de conteúdo, epistêmico e dos atos de fala - para a análise das combinações oracionais pode ser concebida dentro do modelo mais genérico e abrangente - de camadas ou níveis de análise - aplicável a todas as expressões linguísticas de uma língua, assim como se propõe em Dik (1989), Hengeveld (1989), Dik e Hengeveld (1989).

Na gramática funcional (Dik, 1989), a construção da estrutura subjacente da cláusula requer, antes de mais nada, um predicado. O primeiro nível é, então, o do predicado, que, designando propriedades ou relações, se aplica a um certo número de termos, referentes a entidades, para se produzir o segundo nível, mais elevado, o da predicação. A predicação designa um estado de coisas, concebido como algo que pode ocorrer em algum mundo (real ou mental). Por sua vez, ela pode ser construída dentro de uma estrutura de terceiro nível, a proposição, que designa um “conteúdo proposicional”, ou seja, um fato possível.

Finalmente, a proposição revestida de força ilocucionária constitui a frase, que corresponde a um ato de fala (quarto nível).

Pode-se, portanto, estabelecer o seguinte paralelo:

- a) a predicação (estado de coisas) em correspondência com o nível de conteúdo de Sweetser;
- b) a proposição (fato possível) em correspondência com o nível epistêmico de Sweetser;
- c) a frase (ato de fala) em correspondência com o nível conversacional ou dos atos de fala de Sweetser.

Seria possível pensar, ainda, na relação entre as propostas desses dois autores (Dik e Sweetser) e a discussão das metafunções de Halliday (1970, 1973, 1977, 1985). De acordo com Halliday e Hasan (1976), as quatro categorias de conjunção (aditiva, adversativa, causal e temporal) podem expressar dois tipos de relações:

1. Relação entre eventos: é aquela que existe como relação entre fenômenos externos à situação de comunicação (e é, por isso, chamada externa). Tal relação pode ainda ser chamada de experiencial (ou ideacional), e é interpretada como uma relação entre os significados, no sentido de representações de conteúdos (ou experiências) da realidade externa. Tal tipo de relação corresponderia ao domínio de conteúdo de Sweetser e ao nível da predicação de Dik.

2. Relação entre argumentos: é aquela em que segmentos são relacionados como etapas em um argumento, com o significado: “primeiro uma proposição no jogo do discurso é representada, depois outra”. Trata-se, pois, de uma relação interna à situação comunicativa. Ela pode ainda ser chamada de interpessoal, e se dá entre significados, no sentido das representações das impressões particulares do falante acerca da situação. Corresponderia aos domínios epistêmico e dos atos de fala de Sweetser e aos níveis da proposição e da frase (atos de fala) de Dik.

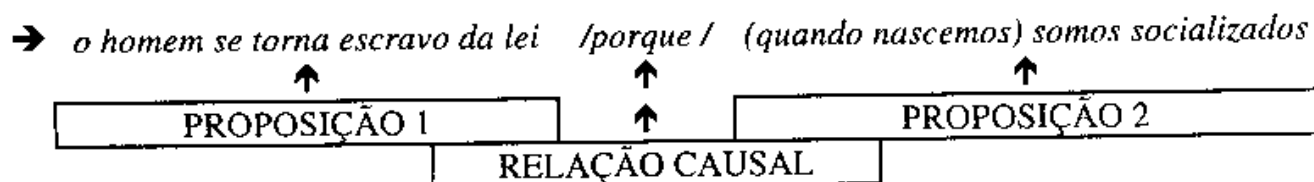
O que ocorre é que as construções causais - diferentemente de construções como as temporais - não se operam simplesmente entre predicções (ou estados de coisas), situando-se, mais geralmente, numa camada superior, no mínimo a proposição. Observe-se:

(9) *you want to say but if the man makes the law / because he stays he becomes a slave of the law? in part because... when... we... we are socialized: we have already found... a large quantity of laws... (EF-RE-337: 94-98)*

Ocorre, aí, a localização temporal de um estado de coisas (predicação):



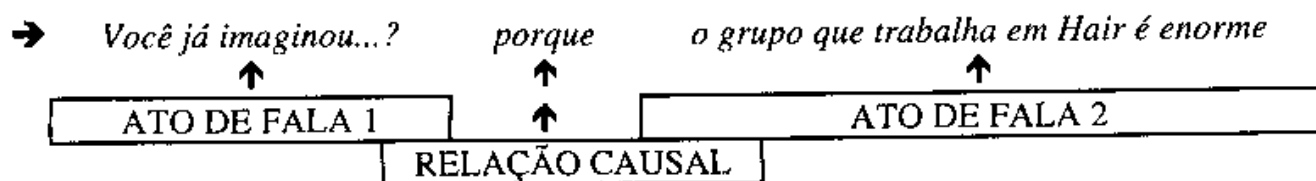
O conjunto aí enunciado constitui uma proposição (um “fato possível”, nos termos de Dik, 1989). Essa proposição, por sua vez, entra em relação causal com outra proposição:



É exatamente porque se dá basicamente entre proposições (e não no nível da predicação) que a relação causal linguisticamente expressa não pode ser definida sobre base material, ou seja, como uma relação de causa eficiente. Mesmo nos casos em que entre os estados de coisas subjacentes às proposições se possa defender que haja uma relação de causa material, como em (1) (nosso primeiro exemplo), essa materialidade é irrelevante em termos da construção causal. Sabe-se muito bem que, em (1), a construção tem legitimidade como causal não porque, de fato, o “saber” expresso na oração causal pode ser a causa da “ida” expressa na oração núcleo, mas porque o falante a enuncia como causalmente relacionada, não importando se há a materialidade, ou a efetividade, ou a realidade dessa causalidade.

Mais frouxa ainda é a relação “causal”, que se dá na camada mais alta, a das próprias frases (ou enunciados) que codificam os atos de fala (“clauses”, em Dik, 1989):

(10) *you have already imagined...? because the group that works in Hair is enormous* ... *eh eh: não foi eh:: preparada ali ... porque o grupo que trabalha em Hair é enorme né?... (DID-SP-234: 246-249)*



5. Subcategorização das construções causais

Constituem-se, pois, dois tipos principais de construções complexas causais:

- a) as que envolvem duas predicacões ou duas proposições;
- b) as que envolvem duas frases (atos de fala).

5.1. As construções com relação causal entre predicacões ou entre proposições

Uma verificação superficial da relação causa-efeito/conseqüência pode induzir à preconização de uma motivação icônica que favoreça a anteposição da expressão de causa em relação à de conseqüência. Não se esqueça, porém, que não se pode buscar nos enunciados a pura ordenação lógica ou cronológica de eventos, já que, por definição, cada enunciado constitui uma versão particular da organização dos fatos.

No cópupus examinado verifica-se que 92% das construções causais entre predicacões ou proposições têm a oração causal posposta, considerados em conjunto todos os conectivos (porque, como, já que, desde que). Excluindo-se as orações iniciadas por como, em que a anteposição é categórica, conforme se discutiu acima, a porcentagem de proposições causais pospostas sobe para 98%, e os únicos dois casos de anteposição apresentam algum tipo de condicionamento. Ocorre que, vistos na sua ordem natural, ou lógica, os eventos causalmente relacionados se dispõem na ordem causa-conseqüência. A ordem, porém, se subordina à escolha que o falante faz da apresentação dos fatos, o que reflete não apenas a percepção dos eventos (perspectiva cognitiva), mas, ainda, a organização de uma porção de fala particular, dentro da qual o aspecto cognitivo é apenas um dos componentes, subordinado à intenção comunicativa.

Nesse ponto de vista, pode-se inverter o raciocínio, quanto à questão da iconicidade nas construções causais: com efeito, a ordenação conseqüência-causa num enunciado pode ser considerada icônica no sentido de que reflete a ordem pela qual de um efeito se deduz uma causa. Para exprimir a relação entre causal, aliás, o falante não dispõe apenas do complexo formado por uma oração núcleo mais uma oração causal (com como, porque, já que, etc). Ele pode, por exemplo, enunciar, ao invés de (11), que é o que ocorre no cópupus, algo como (11a):

(11) *L 1... não citei como o primeiro mais exótico no princípio porque eu não lembrava o nome do peixe (D2-POA-291: 260-261)*

(11a) *Eu não lembrava o nome do peixe, por isso/então não citei como o primeiro mais exótico no princípio.*

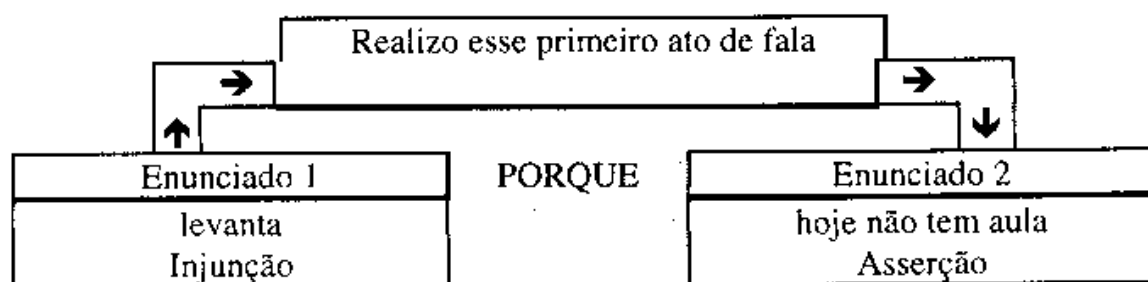
O que ocorre são diferentes estratégias que regem a escolha, com diferentes efeitos informativo-pragmáticos: entre uma e outra formulação muda a distribuição de informação, em termos de progressão informativa, assim como diferentemente se resolve, no nível do texto, a continuidade tópica. Disso trata, com base em Schffrin (1985), Paiva (1991, p. 35 ss.), que examina como “causais” esses dois tipos de enunciado.

5.2. As construções com relação causal entre frases (atos de fala)

Tradicionalmente chamadas “coordenadas explicativas”, as frases de expressão de causa que entram nessas construções, encabeçadas por porque ou que, são sempre pospostas. A partir daí pode ser invocada, em primeiro lugar a questão da imobilidade posicional das frases envolvidas, a qual favorece, realmente, sua interpretação como coordenadas (Haiman, 1985). Além disso, é possível que o desligamento sugerido pela frouxa ligação entre dois enunciados, correspondentes a dois diferentes atos de fala, tenha sido o responsável direto pela interpretação tradicional, com assimilação de “independência” a “coordenação”. Esse tipo de ligação pode visualizar-se com o esquema que se oferece para a ocorrência (12):

(12) *agora dias que não tem aula ele pergunta e a resposta é negativa aí então ele diz para a irmã ... “levanta que hoje não tem aula podemos brincar” aí levanta: tam (D2-SP-360: 342-345)*

Observe-se o esquema:



É a independência ilocucionária entre os dois segmentos relacionados por causalidade nesse tipo de construção, associada com a não-subordinação, que tem levado - graças à tradicional dicotomização entre subordinação e coordenação - à consideração dessas frases como “coordenadas”. A denominação, também tradicional, “explicativas” é, do mesmo modo, facilmente compreensível, já que, nesse tipo de relação causal - estabelecida entre enunciados, e portanto entre segmentos absolutamente independentes -, nunca está abrigada a causalidade real, efetiva, material, eficiente, e nem mesmo a causalidade emanada da visão dos fatos (“proposições”) do falante.

6. Considerações finais

O que se pretendeu neste estudo foi discutir a necessidade de que a noção de causalidade seja resolvida no complexo de domínios envolvidos na produção dos enunciados. Assim, ao lado da investigação dos esquemas lógico-semânticos implicados na relação causal, busca-se uma definição pragmática dos enunciados que se constroem sobre essa relação, envolvendo-se especialmente a questão da distribuição da informação, à qual se vincula a questão da ordem. Propõe-se que o estudo das construções complexas considere os diferentes domínios de interpretação semântica, conduzindo-se dentro da proposta funcionalista de organização dos enunciados em camadas, e abrigando-se, ainda, no modelo mais amplo que estabelece as metafunções da linguagem.

BIBLIOGRAFIA:

- CHAFE, W. Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics and Point of View. In: C. LI (ed) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- DIK, C. S. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1989.
- DIK, C. S. e HENGEVELD, K. The Hierarchical Structure of the Clause and the Typology of Perception - Verb Complements. *Linguistics* 29, p. 231-259, 1989.
- DUCROT, O. et alii. Operateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de Linguistique Française* 5, p. 7-36, 1983.
- GIVÓN, T. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1976.
- HAIMAN, J. (ed.) *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985.
- HALLYDAY, M. A. K. Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. (ed.) *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970, p. 140-165.
- _____. *Explorations in the Functions of Language*. London: Edward Arnold, 1973.
- _____. Text as a Semantic Choice in Social Contexts. In: VAN DIJK, T. A. e PETÖFI, J. *Grammars and Descriptions*. Berlin: Walter De Gruyter, 1977, p. 176-225.
- _____. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, H. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HENGEVELD, K. Layers and Operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics* 25, p. 127-157, 1989.
- JESPERSEN, O. *A Modern English Grammar on Historical Principles*, V: Syntax. London: George Allen & Unwin, 1940.
- NEVES, M. H. M. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. e RODRIGUES, A. C. S. *Gramática do português falado*. v. VII. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP. (no prelo).

- PAIVA, M. C. A. *Ordenação das cláusulas causais: forma e função*. Rio de Janeiro, 1991. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- SCHIFFRIN, D. Multiple Constraints on Discourse Options: a Quantitative Analysis of Causal Sequences. *Discourse Processes* 8: p. 281-303, 1985.
- SWEETSER, E. E. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990.